



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ag no RECURSO ESPECIAL Nº 1613580 - RS (2016/0184056-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
AGRAVADO : ELTON BOLLIS NERY
ADVOGADO : SUELLEN CASTRO DA SILVA FARIAS E OUTRO(S) - RS067635
AGRAVANTE : ELTON BOLLIS NERY
ADVOGADO : SUELLEN CASTRO DA SILVA FARIAS E OUTRO(S) - RS067635
AGRAVADO : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** RECURSO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73 (932, III, DO NCPC). AGRAVO NÃO CONHECIDO

DECISÃO

ELTON BOLLIS NERY (ELTON) ajuizou ação de cobrança de seguro de vida contra METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A. (METROPOLITAN) pretendendo o recebimento o prêmio do seguro de vida feito por sua mãe.

Em primeiro grau, a ação foi julgada parcialmente procedente.

As partes apelaram e o TJ/RS negou provimento ao apelo de ELTON e deu parcial provimento ao da METROPOLITAN em acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VIDA. PRELIMINAR DE DESERÇÃO DA INICIAL AFASTADA. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. RESISTÊNCIA DA SEGURADORA EM JUÍZO. MÉRITO. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A RESOLUÇÃO AUTOMÁTICA DO CONTRATO EM FACE DA MORA OU INADIMPLENTO DO PRÊMIO, SEM INTERPELAÇÃO DO SEGURADO. ACIDENTE PESSOAL. INTERCORRÊNCIAS E COMPLICAÇÕES DECORRENTES DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO ESTÉTICO NÃO REPRESENTA MORTE ACIDENTAL CONSOANTE ART. 12, § 32, INC. II DA CIRCULAR SUSEP 029/1992. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. POSSIBILIDADE DE ABATIMENTO DAS PARCELAS DE PRÊMIO. Apelo da ré parcialmente provido (e-STJ, fl. 253).

Os embargos de declaração opostos pelas partes foram rejeitados (e-STJ,

fls. 280/284 e 285/290).

Irresignado, ELTON interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando a violação dos arts. 47 do CDC e 423 do CC/02 porque as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor e não se pode admitir a alteração unilateral do contrato, sem a ciência do consumidor (e-STJ, fls. 313/330).

O apelo nobre não foi admitido porque **(1)** o conteúdo normativo dos artigos, tidos por violados, não foram debatidos no acórdão recorrido, mesmo após a oposição dos embargos de declaração, atraindo a incidência da Súmula 211 do STJ; **(2)** e a pretensão recursal funda-se na reapreciação dos elementos fáticos-probatórios dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ; e **(3)** não houve a comprovação do dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 356/365).

Nas razões do seu agravo em recurso especial, ELTON **(1)** que não incide ao caso os óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ, visto que se espera a correta aplicação da regra dos arts. 47 do CDC e 423 do CC/02; e, **(2)** que as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de forma mais favorável ao consumidor (e-STJ, fls. 371/378)

É o relatório.

DECIDO.

O agravo não merece ser conhecido.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Da análise do presente inconformismo se verifica que o agravo não se dirigiu especificamente contra os fundamentos da decisão que negou seguimento ao apelo nobre, pois ELTON não refutou de forma fundamentada (i) que o conteúdo normativo dos artigos, tidos por violados, não foram debatidos no acórdão recorrido, mesmo após a oposição dos embargos de declaração, atraindo a incidência da Súmula 211 do STJ e (ii) não houve a comprovação do dissídio jurisprudencial.

No agravo em recurso especial, o ELTON **(1)** que não incide ao caso os óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ, visto que se espera a correta aplicação da regra dos arts. 47 do CDC e 423 do CC/02; e, **(2)** que as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de forma mais favorável ao consumidor.

O agravo em recurso especial, reitere-se, não infirmou adequadamente os óbices processuais apontado na decisão agravada, devendo ser mantido o seu não conhecimento.

Conforme já decidiu o STJ:

[...] à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado,

ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge. (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON Segunda Turma, DJe 26/11/2008 - sem destaque no original)

O agravo em recurso especial não se mostrou viável, uma vez que apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 544, § 4º, I, do CPC/73, (art. 932, III, do NCPC), devendo ser mantida a decisão agravada. Nesse sentido, seguem os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73 (ATUAIS ARTS. 932, III, DO CPC/2015 E 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ) E SÚMULA 182/STJ, POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. I. Trata-se de Agravo interno, interposto em 19/04/2016, contra decisão monocrática, publicada em 14/04/2016, na vigência do CPC/2015. II. No caso, o Recurso Especial não foi admitido, na origem, pela ausência de omissão no acórdão recorrido, pela incidência das Súmulas 284 e 356/STF e 7 e 83/STJ, bem como porque ausente a demonstração da divergência jurisprudencial invocada. O Agravo em Recurso Especial interposto não impugnou todos os óbices, o que conduziu ao seu não conhecimento, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/73 (atuais arts. 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ), cuja decisão ora é agravada regimentalmente. III. No presente Agravo interno, a parte recorrente apresenta razões outras, deixando de impugnar, novamente, os fundamentos da decisão agravada. IV. Interposto Agravo interno sem infirmar, especificamente, os fundamentos da decisão agravada e apresentando, ainda, outra fundamentação, dela dissociada, constitui óbice ao conhecimento do inconformismo a Súmula 182 desta Corte, em face do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015. V. Renovando-se, no Agravo interno, o vício que comprometia o conhecimento do Agravo em Recurso Especial, inarredável a edição de novo juízo negativo de admissibilidade. VI. Agravo interno não conhecido. (AgInt no AREsp 866.675/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, j. 17/5/2016, DJe 25/5/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRELIMINAR DE PREVENÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. ART. 70, § 5º, DO RISTJ. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. ART. 544, § 4º, I, DO CPC. RECURSO IMPROVIDO.

1. Rejeição da questão preliminar se a distribuição foi efetuada por prevenção da turma julgadora, nos termos do que dispõe o art. 70, § 5º, do RISTJ.

2. O agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos que levaram a não admissão do recurso especial, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC, sob pena de não conhecimento do agravo. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 602.281/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 12/2/2015, DJe 3/3/2015 - sem destaque no original)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se

Brasília-DF, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator